



Código PLA I.1.2

Revisão 0

Data 01.07.2015

Assunto Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas



PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

1. Enquadramento

A Corrupção constitui uma ameaça para o Estado de direito, a democracia e os direitos do homem, mina os princípios de boa administração, de equidade e de justiça social, falseia a concorrência, dificulta o desenvolvimento económico e faz perigar a estabilidade das instituições democráticas e os fundamentos morais da sociedade.

Atualmente, a corrupção é uma das grandes preocupações com que as sociedades se deparam resultante da competitividade dos mercados, bem como das potenciais violações dos códigos de conduta e ética por parte dos seus intervenientes.

Os atos de corrupção e infrações conexas exercem um efeito negativo na competitividade dos agentes económicos, distorcendo a veracidade do mercado e colocando entraves ao seu próprio desenvolvimento. A ausência de medidas fortes de combate apropriado a estes fenómenos provoca não só o descrédito das instituições e dos países, como coloca, também, em perigo a sustentabilidade do próprio mercado e das suas empresas.

Situações como a morosidade e falta de transparência das práticas administrativas constituem contextos favoráveis à ocorrência de práticas de corrupção e infrações conexas.

No seguimento dos vários instrumentos jurídicos internacionais contra a corrupção que têm surgido nos últimos anos, foi criada, em 2008, uma entidade administrativa independente, de âmbito nacional, a funcionar junto do Tribunal de Contas, designada Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), com o intuito de promover a difusão dos valores da integridade, probidade, transparência e responsabilidade.

2. Objetivos

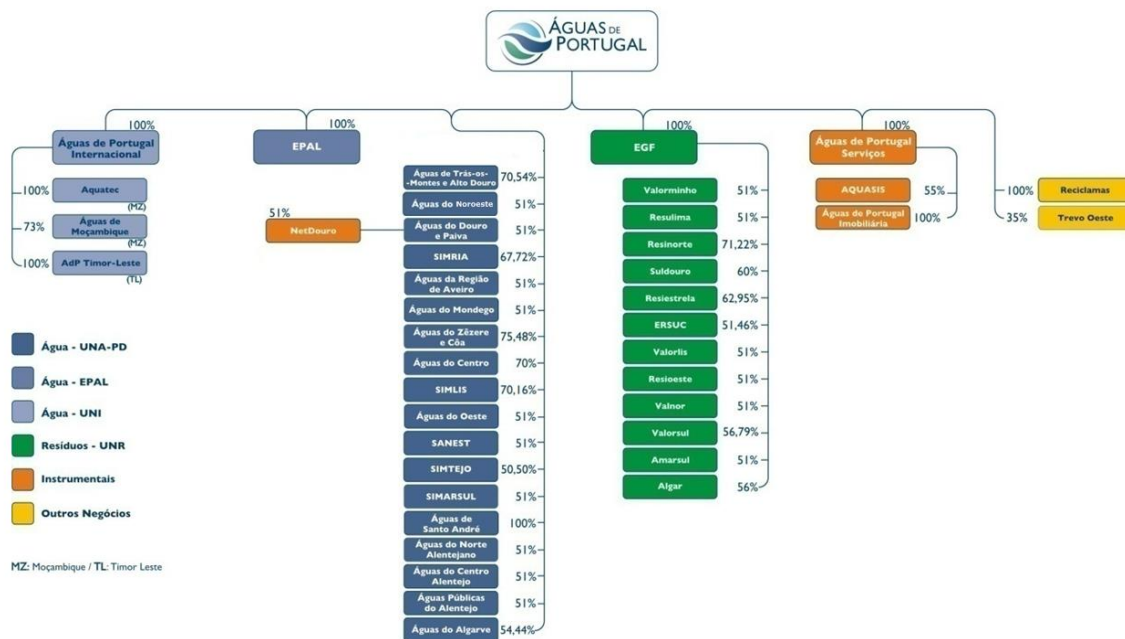
O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas identifica as principais áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

Pretende, também, reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

3. Âmbito do Plano

Este Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas dá cumprimento à Recomendação do CPC, de 1 de Julho de 2009, e o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A. aprovou em 1 de julho de 2015 a sua aplicação na empresa.

A Águas do Norte, S.A. está integrada no universo das empresas pertencentes ao Grupo Águas de Portugal:



4. Missão da Entidade

A Águas do Norte, S.A., empresa participada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, tem como missão, concedida através do Contrato de Concessão relativo ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte, o abastecimento de água com garantia de qualidade e de fiabilidade, a recolha, drenagem e tratamento de águas residuais adequados e a melhoria ambiental do meio hídrico, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

5. Áreas avaliadas, principais riscos e formas de mitigação

Tendo em conta a missão da Águas do Norte, S.A., foram identificadas como passíveis de ser sujeitas a atos de corrupção as seguintes áreas:

- Contratação de empreitadas;
- Aquisição de bens e serviços;
- Concessão de benefícios públicos (Patrocínios e Donativos).

Seguidamente, apresentam-se os principais riscos potenciais de ocorrência de situações de corrupção ou infrações conexas, identificados para cada área e classificados segundo uma escala – elevado, moderado e fraco – em função do grau de probabilidade de ocorrência em caso de inexistência de medidas de prevenção, bem como as medidas que vêm sendo adotadas, quer internamente, quer a nível do Grupo Águas de Portugal, para prevenir o seu acontecimento e mitigar o seu impacto.

5.1. Contratação de empreitadas

RISCOS		
RI.1	Planeamento deficiente das empreitadas, realizado extemporaneamente e indevidamente avaliado (ambiental, técnica, social e economicamente)	Moderado
RI.2	Cadernos de encargos pouco claros, incompletos ou discriminatórios	Moderado
RI.3	Incumprimento dos procedimentos concursais previstos na lei	Moderado
RI.4	Incumprimento dos critérios de avaliação das propostas previamente definidos	Moderado
RI.5	Inexistência de procedimentos formalizados para o lançamento e gestão de empreitadas	Moderado
RI.6	Inexistência de formalização atempada de contratos para a execução de empreitadas ou trabalhos a mais/menos	Moderado
RI.7	Execução inadequada do contrato de empreitada	Moderado
RI.8	Realização de trabalhos a mais sem justificação ou sem validação dos pressupostos legais aplicáveis	Moderado
RI.9	Realização de trabalhos a mais em percentagem superior aos limites quantitativos previstos na lei	Fraco
RI.10	Ocorrência de desvios significativos entre o projeto e a execução física	Moderado
RI.11	Realização de pagamentos sem que exista execução física correspondente ou aquisição de equipamentos	Moderado

CONTROLOS	
CI.1	Existência do Código de Conduta e Ética da empresa
CI.2	Avaliação económica e financeira prévia de todos os projetos face aos objetivos a atingir e às metas comunitárias definidas para o sector

CONTROLOS	
CI.3	Apreciação semestral, pela Comissão Executiva da AdP SGPS, das empreitadas de empresas da UNA-PD cujo lançamento está previsto para o semestre seguinte
CI.4	Aprovação dos projetos pela tutela (Ministério do Ambiente) e entidade reguladora do sector
CI.5	Existência de procedimentos formalizados para o lançamento e gestão de empreitadas, prevendo cumprimento da legislação aplicável em vigor
CI.6	Existência de procedimentos específicos relativos a adjudicações por ajuste direto, com limites mais restritivos que os previstos na lei
CI.7	Composição do júri de avaliação de propostas de concursos lançados por empresas participadas da UNA-PD inclui um colaborador qualificado da direção de engenharia da AdP Serviços Ambientais, SA (empreitadas superiores a € 400.000, estudos, projetos, assessorias e fiscalizações superiores a € 200.000 e serviços de operação e/ou manutenção de infraestruturas superiores a € 200.000)
CI.8	Empreitadas de valor superior a € 1.000.000 das empresas participadas da UNA-PD (infraestruturas de tratamento e trabalhos de arranque) são acompanhadas por um colaborador qualificado da direção de engenharia da AdP Serviços Ambientais, SA
CI.9	Existência da função "Gestor de Obra" responsável pelo acompanhamento da empreitada até à sua conclusão.
CI.10	Projetos de empreitadas de empresas participadas da UNA-PD (estudos e projetos de infraestruturas de tratamento) de valor superior a € 1.000.000 são acompanhados pela direção de engenharia da AdP Serviços Ambientais, SA.
CI.11	Elaboração de uma ficha de verificação para cada empreitada que é validada pela direção de engenharia da AdP Serviços Ambientais, SA relativamente à correção do procedimento concursal a utilizar
CI.12	Os procedimentos em vigor preveem a existência de contrato escrito a celebrar previamente ao início dos trabalhos (empreitada e trabalhos a mais/menos)
CI.13	Existência de Fiscalização que controla a execução física dos trabalhos e valida os autos de medição
CI.14	Segregação de funções no processo de aprovação e pagamento de faturas
CI.15	Faturas são validadas previamente ao seu pagamento pelo Gestor de Obra e comparadas com os autos de medição
CI.16	Reporte periódico de informação sobre a evolução das empreitadas em curso e futuras para a AdP SGPS/UNA-PD (Controlo de Investimentos)
CI.17	Reporte mensal do Controlo de Investimentos à Comissão Executiva da AdP SGPS, sobre a evolução das empreitadas das empresas participadas da UNA-PD

MATRIZ DE RISCOS E CONTROLOS																	
	CI.1	CI.2	CI.3	CI.4	CI.5	CI.6	CI.7	CI.8	CI.9	CI.10	CI.11	CI.12	CI.13	CI.14	CI.15	CI.16	CI.17
RI.1		X	X	X	X					X						X	X
RI.2	X				X						X						
RI.3	X				X	X	X				X						
RI.4	X				X		X										
RI.5					X	X		X	X								
RI.6					X							X					
RI.7					X			X	X			X	X			X	X
RI.8					X			X	X			X					
RI.9					X				X							X	X
RI.10								X	X				X				
RI.11	X				X				X				X	X	X		

5.2. Aquisição de bens e serviços

RISCOS		
R2.1	Compras não serem efetuadas com procedimento de contratação adequado	Moderado
R2.2	Decisão de adjudicação não cumprir com requisitos definidos no caderno de encargos ou procedimentos em vigor na empresa	Moderado
R2.3	Inexistência de procedimentos formalizados para a aquisição de bens e serviços	Moderado
R2.4	Aquisições de bens e serviços não decorrem de necessidades efetivas/reais	Moderado
R2.5	Pedidos de compra não serem devidamente autorizados	Moderado
R2.6	Inexistência de contratos entre as partes detalhando as condições de fornecimento do bem ou serviço	Moderado
R2.7	Acesso indevido a dados mestre dos fornecedores registados no sistema informático	Fraco
R2.8	Pagamentos efetuados não estarem de acordo com o contrato/proposta	Fraco
R2.9	Pagamento de bens e serviços que não foram entregues/devidamente executados	Fraco

CONTROLOS	
C2.1	Existência do Código de Conduta e Ética da empresa
C2.2	Existência de um Orçamento Anual previsional
C2.3	Existência de delegação de competências por cada pessoa ou função

CONTROLOS	
C2.4	O sistema de aprovação de requisições e pedidos de compra está definido no sistema informático de acordo com a delegação de competências aprovada pelo Conselho de Administração
C2.5	O acesso e registo de transações no sistema informático são restringidos em função do perfil de cada utilizador
C2.6	Existência de procedimentos formalizados para a aquisição de bens e serviços
C2.7	Existência de procedimentos específicos relativos a adjudicações por ajuste direto, com limites mais restritivos que os previstos na lei
C2.8	Obrigações de cumprimento da legislação aplicável em vigor
C2.9	Utilização de um sistema informático integrado para agregar informação da requisição e pedido de compra, entrada de mercadoria, autorização do pagamento, pagamento da fatura
C2.10	Existência de segregação de funções no processo de aquisição de bens e serviços (Requisitante-Contabilidade-Tesouraria)
C2.11	Existência de controlos internos de operação (análise estatística de consumos, consumos históricos)

MATRIZ DE RISCOS E CONTROLOS											
	C2.1	C2.2	C2.3	C2.4	C2.5	C2.6	C2.7	C2.8	C2.9	C2.10	C2.11
R2.1	X		X	X		X	X	X			
R2.2	X					X	X	X			
R2.3			X	X		X	X	X			
R2.4	X	X	X			X					X
R2.5	X		X	X	X	X			X	X	
R2.6	X					X		X			
R2.7	X				X						
R2.8	X		X		X	X			X	X	
R2.9	X		X		X	X			X	X	

5.3. Concessão de benefícios públicos (Patrocínios e Donativos)

RISCOS		
R3.1	Inexistência de critérios formalizados para a atribuição de patrocínios e donativos	Moderado
R3.2	Processo não estar documentado e organizado (pedido, decisão, justificação, contrato/protocolo, etc.)	Elevado

R3.3	Decisão ser tomada por um órgão singular e não por um órgão colegial	Elevado
R3.4	Beneficiário não estar legalmente habilitado para exercer atividade ou ter dívidas à Segurança Social e administração fiscal	Moderado
R3.5	Condições e termos de atribuição do benefício não estarem vertidos num documento escrito (contrato/protocolo)	Fraco
R3.6	Decisor da atribuição do benefício ter interesses com a entidade beneficiária	Elevado
R3.7	Inexistência de verificação do cumprimento das condições acordadas para a atribuição do patrocínio	Moderado

CONTROLOS

C3.1	Existência de uma Política de Patrocínios que regula a atribuição, organização e aprovação dos mesmos
C3.2	Pedidos recebidos são avaliados pelo Conselho de Administração da empresa
C3.3	A atribuição do patrocínio é feita pelo Conselho de Administração ou Comissão Executiva
C3.4	Existência de um orçamento anual para patrocínios/donativos
C3.5	Sistema de controlo interno prevê a criação de uma pasta para arquivo de toda a documentação relevante
C3.6	Existência do Código de Conduta e Ética da empresa

MATRIZ DE RISCOS E CONTROLOS						
	C3.1	C3.2	C3.3	C3.4	C3.5	C3.6
R3.1	X	X		X	X	
R3.2	X	X	X		X	
R3.3		X	X			
R3.4	X	X			X	
R3.5	X					
R3.6	X	X	X			X
R3.7	X				X	

6. Mecanismos de controlo

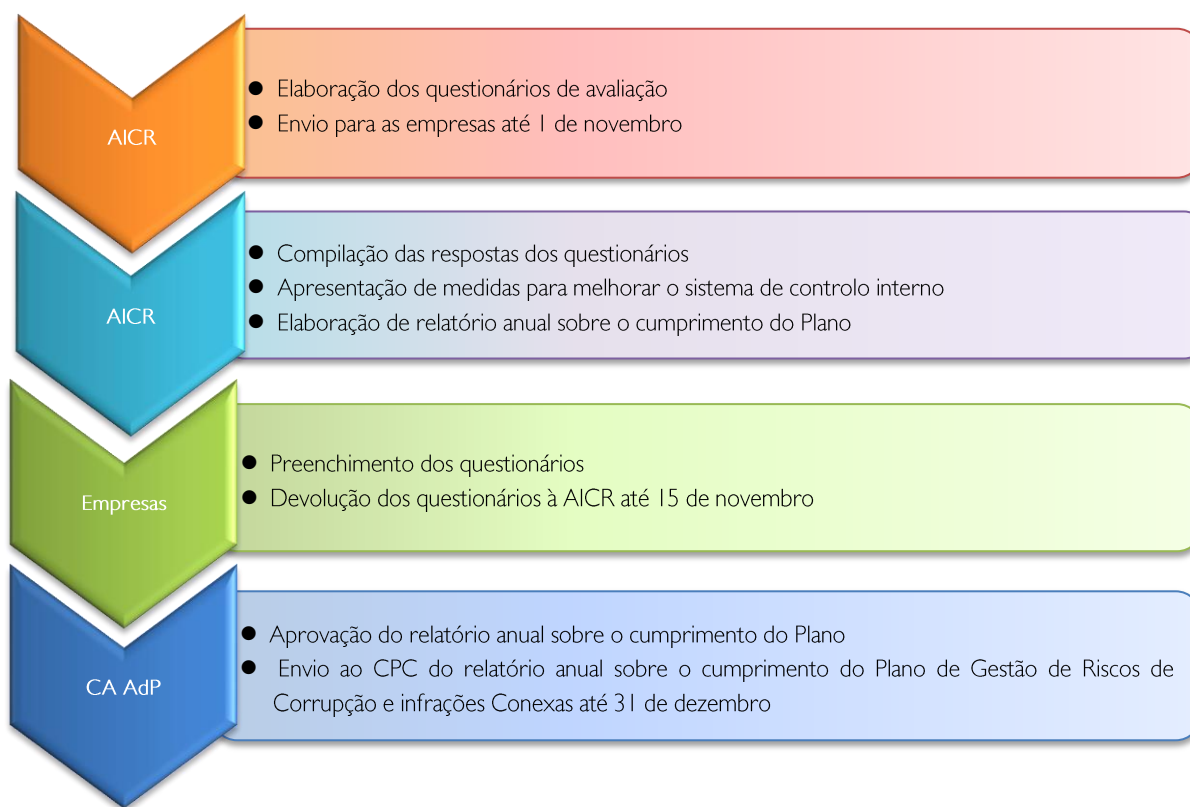
A avaliação do cumprimento do plano de combate à corrupção e infrações conexas da Águas do Norte, S.A., será baseada no mecanismo de monitorização, instituído pelo Grupo Águas de Portugal, assente na avaliação anual de todas as empresas participadas através da

elaboração de um questionário relativo às principais áreas de risco identificadas como suscetíveis de propiciar e potenciar atos de corrupção, visando avaliar o cumprimento dos controlos instituídos e despistando eventuais fraquezas no sistema de controlo interno da própria empresa nas áreas de maior risco.

7. Entidades envolvidas na gestão do Plano

O reporte ao CPC relativo à execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo Águas de Portugal será efetuado anualmente, durante o mês de dezembro, até ao dia 31, salvo definição de um prazo distinto pelo próprio CPC.

As entidades envolvidas nas várias fases de avaliação do cumprimento do plano são as indicadas na figura seguinte.



CA AdP – Conselho de Administração da Águas de Portugal, SPGS, SA
AICR – Auditoria Interna e Controlo de Risco da Águas de Portugal, SPGS, SA

8. Comissão de Ética

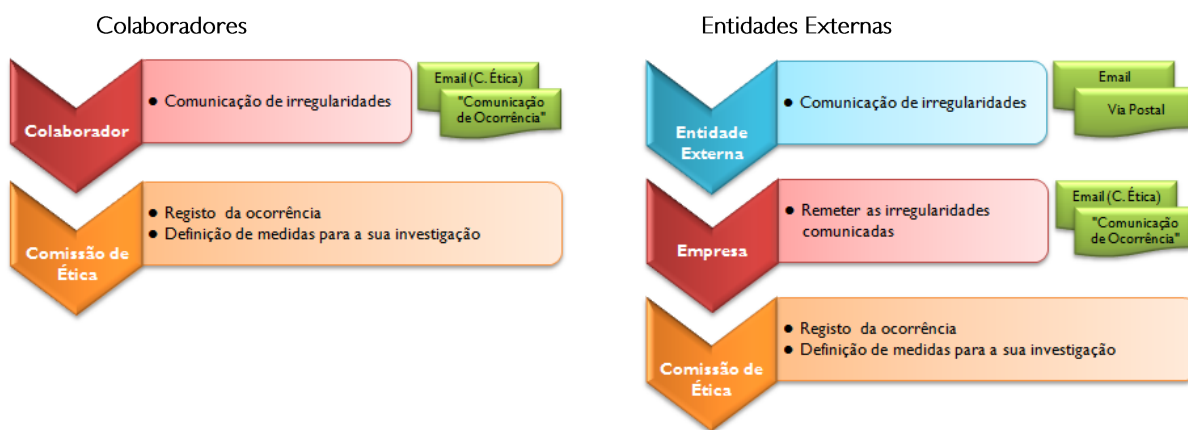
Compete à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal acompanhar, com isenção e independência dos órgãos sociais, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta e Ética do Grupo Águas de Portugal, em todas as empresas que o integram.

9. Canais de comunicação de irregularidades

Consciente da necessidade de criar canais de comunicação de irregularidades, o Grupo Águas de Portugal definiu dois canais dedicados para esse efeito consoante sejam colaboradores ou entidades externas, sendo que todas as irregularidades/denúncias devem ser remetidas para a Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, sem prejuízo dessa comunicação poder, também, ser feita ao Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A., sempre que tal seja do interesse do participante.

Colaboradores: Utilização do endereço de correio eletrónico referente à Comissão de Ética ou o preenchimento da “Comunicação de Ocorrência”.

Entidades Externas: As denúncias recebidas pela empresa, via correio eletrónico ou via postal (carta), deverão ser remetidas para a Comissão de Ética.



10. Sanções para atos de corrupção ou infrações conexas

Todas as transações ou atos relativamente aos quais exista a suspeita de corrupção ou de atividades conexas praticadas por colaboradores do Grupo Águas de Portugal serão devidamente investigados pelo órgão interno responsável.

Na eventualidade das suspeitas serem confirmadas após investigação, os infratores serão objeto de instauração de processo disciplinar bem como das respetivas sanções aplicáveis em conformidade com a política interna do Grupo Águas de Portugal, sendo o processo comunicado às autoridades policiais e de investigação competentes.